

CENTRO DE FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS GUARDA - 1

Ação na modalidade de Curta Duração

Nos termos do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, nos seus artigos 6.º, 7.º e 19.º, e tendo em conta o Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7 de julho, e o Despacho n.º 5741/2015, de 29 de maio, a modalidade de formação contínua de curta duração abrange as ações, com a duração de 3 a 6 horas, aprovadas, reconhecidas e certificadas pelo CFAE, de acordo com o definido no seu regulamento interno, podendo ser usadas pelos docentes até ao limite máximo de um quinto do total de horas de formação obrigatória no respetivo escalão ou ciclo avaliativo.

1- DESIGNAÇÃO DA AÇÃO DE FORMAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO:

A Dimensão Pedagógica da Avaliação – do conceito à prática

2- N.º HORAS (3 a 6):

3

3- BREVE FUNDAMENTAÇÃO (com base nas necessidades identificadas ou nos objetivos a atingir):

O processo de avaliação dos alunos tem assumido ao longo de várias décadas uma vertente mais classificativa das aprendizagens, que se procura enriquecer, fazendo sobressair o fundamental propósito da avaliação enquanto processo para apoiar os alunos nas suas aprendizagens, “informando-os acerca da sua situação, do seu progresso, em relação aos conteúdos, às capacidades, às competências e desempenhos que têm de desenvolver (Fernandes, 2019, p. 12).

Procura-se, deste modo, realçar a natureza essencialmente formativa da avaliação, no sentido de que fornece feedback aos alunos e aos professores para que ambos possam regular o processo de aprendizagem e ensino.

Este paradigma de avaliação para as aprendizagens, proporciona informações fundamentais para que os alunos tomem consciência das suas dificuldades e junto com os professores encontrem os meios e processos que as permitam ultrapassar.

Importa, pois, refletir acerca da importância do feedback, no processo de monitorização das aprendizagens, que permite garantir o reporte da avaliação aos alunos e aos encarregados de educação sobre as aprendizagens desenvolvidas e a sua qualidade, assumindo a especificidade que de acordo com Fernandes (2019), permite aos docentes comunicarem aos alunos e aos respetivos encarregados de educação, assim como aos próprios, três informações fundamentais:

1- onde se pretende que os alunos cheguem;

2- em que situação se encontram;

3- e o que têm de fazer para aprenderem o que está previsto.

Procura-se, deste modo, garantir o reporte da avaliação aos alunos e aos encarregados de educação das aprendizagens desenvolvidas e da sua qualidade.

A equidade de oportunidades enquanto projeto de uma igualdade real no acesso ao ensino e à aprendizagem, traço inquestionável que caracteriza as sociedades modernas, faz sobressair a preocupação com a adequação dos paradigmas educativos, colocando à sociedade e à escola enormes desafios no sentido de garantir uma exigência de qualidade de ensino para todos os alunos. Neste contexto, assume-se como traço estruturante da aprendizagem, a avaliação sistemática dos contextos, processos e produtos, numa perspetiva de sistema contínuo que suporta os processos de aprendizagem em complementaridade ao sentido de avaliação classificatório das aprendizagens.

A reflexão dos docentes sobre a avaliação, enquanto processo inerente ao acompanhamento e apoio do professor que questiona, dá pistas, ajuda o aluno a refletir e a “pensar sobre o pensar”, é determinante para a adoção de práticas que tornam a aprendizagem mais eficiente e significativa e favorecem a autorregulação do aluno, em função das metas que o próprio desenha com base no conhecimento prévio das “regras do jogo”.

A presente formação pretende fomentar a reflexão a aprendizagem dos alunos e a necessidade de reequacionar as práticas de ensino e aprendizagem de modo a eliminar as barreiras que se colocam no acesso as aprendizagens, impondo, deste modo, a necessidade de pensar a organização das respostas educativas com base numa visão integradora das áreas de desenvolvimento e aprendizagens essenciais, promovendo o acesso equitativo a uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens.

4- DESTINATÁRIOS

Docentes do 1º, 2º e 3º ciclos

5- CONTEÚDOS e/ou OBJETIVOS (discriminar de modo articulado os tópicos concretos que serão abordados):

O objetivo fulcral da formação é o de refletir sobre as dimensões da avaliação do ponto de vista pedagógico, de modo que o processo de avaliação potencie a articulação entre a intervenção pedagógica e a ação contingente do aluno.

Pretende-se que os docentes consigam, com base nos dados da avaliação, identificar e eliminar as barreiras que se colocam no acesso as aprendizagens e repensar a organização das respostas educativas com base numa visão integradora das áreas de desenvolvimento, aprendizagens essenciais, competências do perfil do aluno, Cidadania, literacia digital e inclusão, promovendo o acesso equitativo a uma educação de qualidade para todas as crianças e jovens, integrando os seguintes conteúdos:

- Dimensões da Avaliação enquanto processo orientado para a inclusão dos alunos, para a sua plena integração nas escolas e no sistema educativo”, entendendo que o principal propósito da avaliação pedagógica é “estar ao serviço da melhoria das aprendizagens e do ensino”, ou seja, “ao serviço de quem aprende”. Pretende-se que os docentes reflitam sobre o enquadramento da avaliação de modo indissociável das práticas de ensino e das aprendizagens que os alunos têm de desenvolver;

- Propósito e Princípios da avaliação Pedagógica – Avaliar em contextos imersivos de aprendizagem com o propósito de ajudar os alunos e os professores a aprenderem e a ensinarem melhor. Entender, deste modo, a avaliação enquanto processo eminentemente pedagógico, integrado nos processos de ensino e aprendizagem, cujo principal e fundamental propósito é apoiar e melhorar as aprendizagens dos alunos, recolhendo e proporcionando feedback em tempo útil, para os orientar e apoiar nos seus esforços de aprendizagem. Pretende-se impregnar nos processos de avaliação uma relação de proximidade, nas dinâmicas que ocorrem no dia a dia da sala de aula, sendo resultado das interações que se devem estabelecer entre alunos e professores como forma de regulação e de autorregulação que converge para melhores aprendizagens. É, pois, importante flexibilizar não só o acesso à escola, à sala de aula e ao currículo, mas também o acesso aos recursos que os alunos necessitam para aprender, através de abordagens flexíveis, personalizadas, adequadas às necessidades individuais, ajustas e transparentes, que permitem equacionar estratégias, materiais e formas de avaliação pertinentes para todos os alunos, e não apenas para alguns (Meyer, 2014).

A importância de se estabelecerem “andaimes” que favoreçam a aprendizagem, sublinhada por Vygotsky, constitui também um dos pontos-chave a considerar na abordagem à utilização de feedback na avaliação. A avaliação formativa relaciona-se, deste modo, com conceitos descritos por autores como Piaget, Vygotsky, Bruner e Bloom, que há muito se preocuparam com o processo de ensino e aprendizagem, ajudando a compreender o modo como se aprende, as diferenças individuais e a pedagogia necessária para enfrentar essas diferenças.

Não se trata, pois, de criar novas práticas, mas antes, de organizar, sintetizar, e desenvolver práticas existentes que docentes mais experientes já usam regularmente nas suas salas de aula nas quais o feedback se tem revelado importante no processo de ensino e de aprendizagem, sendo mesmo considerado uma forma eficiente de melhorar o ensino e a aprendizagem. É um processo contínuo em que se estabelecem objetivos, reúnem evidências sobre a aprendizagem dos alunos, fornecem instruções para clarificar quais são as ações seguintes para melhorar o desempenho. No ensino-aprendizagem, o feedback refere-se à informação dada ao aluno que descreve e discute seu desempenho em determinada situação ou atividade. O feedback gera uma conscientização valiosa para a aprendizagem, pois ressalta as dissonâncias entre o resultado pretendido e o real, incentivando a mudança.

Um feedback eficaz pode aumentar o esforço e os resultados dos alunos, levar a estratégias de aprendizagem mais eficientes e melhorar a sua autorregulação, permitindo ao professor reorientar a sua prática e desafios a colocar.

É consensual a ideia de que as práticas de ensino e aprendizagem devem ancorar-se, cada vez mais, no conhecimento que advém das neurociências. Assim, perspetivando a intervenção a partir da compreensão de como o cérebro aprende e como se pode proporcionar um ensino eficaz, importa perceber que a aprendizagem é um processo multifacetado, que envolve o uso de três sistemas básicos, a saber: as redes afetivas relacionadas com a motivação para a aprendizagem e que ajudam o sujeito a determinar o que é importante aprender; as redes de reconhecimento referentes ao que aprendemos e as redes estratégicas implicadas no como aprendemos e indicam-nos como fazer as coisas que alunos e professores devem mobilizar para otimizar o ensino e a aprendizagem. Nesse contexto, torna-se crucial a clarificação dos níveis de desempenho implicados nas diferentes tarefas de aprendizagem de modo que os alunos saibam à partida o que se espera deles e de que forma podem ultrapassar as suas dificuldades e melhorar o seu desempenho. Que todos os professores almejam que os seus alunos desenvolvam competências complexas nas mais diversas áreas e disciplinas, tais como: resolver problemas em equipa, argumentar e criticar de forma construtiva, pesquisar de modo profundo e criterioso, etc. é inquestionável. No entanto, transformar os sonhos em realidade passa por uma mudança no paradigma de pensar a educação, considerando a Escola como um lugar de oportunidades e não de exclusão.

No âmbito deste paradigma de avaliação é imperioso perceber a importância da informação obtida a partir dos dados de autoavaliação dos alunos, no sentido de aumentar a autonomia e responsabilização do aluno e do professor na organização e gestão flexível do currículo, identificando e fundamentando a pertinência das dimensões a considerar na planificação da intervenção pedagógica, de modo a assegurar o acesso, a participação e o desenvolvimento das aprendizagens essenciais.

Ao permitir uma participação ativa dos alunos, estes ganham oportunidade de refletir acerca das suas aprendizagens, processos de resolução de tarefas e dificuldades, podendo esta avaliação constituir-se como um importante meio para melhorar os processos de aprendizagem.

Deste modo, é fundamental que os professores entendam os dados de autoavaliação em complementaridade com a informação obtida através de outros recursos/ instrumentos, com o objetivo de dar feedback de elevada qualidade a todos os alunos, sem fins classificatórios.

Nesta dinâmica, é importante que os professores percebam a relevância de partilhar com os alunos, interesses, regras, critérios de avaliação, claros e facilmente percebidos por todos, enquadrando-se num contexto pedagógico focalizado nas aprendizagens.

Em suma, neste contexto de mudança tida como rápida, contínua e continuada, ao nível do ecossistema escola e da gestão do currículo, emerge a necessidade de apoiar os professores e as escolas no processo de melhoria das práticas de avaliação pedagógica, enquadrando-se, neste âmbito, os pressupostos do Projeto MAIA, que pretendemos abordar nesta ação.

6- PROPONENTES:

Equipa do Projeto MAIA e Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas Dr. G.C.C. - Seia

7- FORMADORES

Dr. André Eusébio, Dr. Joaquim Picado e participação do representante da AFC Dr. António João Nunes

8- LOCAL / DATA / HORÁRIO:

Local	Data	Horário
CISE (Seia)	11/01/2023	15.45- 18.45